



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA OITAVA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-04-2024.

Aos dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e doze minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 301, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Conselheiro Marcelo, Jonas Reis, Hamilton Sossmeier, Mari Pimentel e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. Em seguida, foram DISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Jonas Reis, o Projeto de Lei do Legislativo nº 757/23 (Processo nº 1330/23); à vereadora Mari Pimentel, o Projeto de Lei do Legislativo nº 068/24 (Processo nº 0127/24); e ao vereador Prof. Alex Fraga, o Projeto de Lei do Legislativo nº 036/24 (Processo nº 0063/24). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia primeiro de abril do corrente, nºs 065/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 746/23 - Processo nº 1305/23) e 066/24 (Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/16 - Processo nº 2673/16), de autoria do vereador Hamilton Sossmeier; nºs 067/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 596/23 - Processo nº 1013/23) e 068/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 709/23 - Processo nº 1236/23), de autoria da vereadora Mari Pimentel; e nº 069/24 (Projeto de Resolução nº 095/23 - Processo nº 1191/23), de autoria do vereador Prof. Alex Fraga. Em prosseguimento, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a tratar de escolas de educação inclusiva para vida (desafios e avanços) e Salas de Inclusão e Recursos (SIR) nas Escolas de Porto Alegre, e registrou a presença dos senhores Cláudio Franzen e Izabel Brum Abianna, respectivamente Secretário Adjunto e Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SMED, Andreia Paz Rodrigues, dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente – NUDECA, da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE/RS, Isis Caldeira, da Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social - ABESS, Cintia dos Santos Costa, da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, Isabel Cristina Perceval Iracet Ferreira, do Coletivo Pela Inclusão e Arte – CPIA, Rosele Cozza Bruno de Souza, da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA, e Lucia Helena Borges de Almeida, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, convidando Suas Senhorias a integrarem a Mesa dos trabalhos e concedendo a palavra ao senhor Cláudio Franzen, que destacou o aumento de casos de autismo no Município e a necessidade de aumento da capacidade de atendimento. A seguir, o vereador Conselheiro Marcelo relatou aumento de dificuldades enfrentadas por mães de crianças e adolescentes atípicos, questionou a previsão de contratação de monitores de inclusão e abordou preocupações de mães de adultos com autismo. A senhora Izabel Brum Abianna elogiou o trabalho de inclusão na rede pública municipal, detalhou números de turmas, estudantes e profissionais de inclusão na rede e historiou a criação e o funcionamento do Programa Incluir Mais Poa. Ainda, informou que foram nomeados trinta e cinco monitores para a educação infantil e que estão prestes a ser nomeados outros noventa. O Prof. Alex Fraga lamentou a ausência de outras secretarias na presente reunião, em razão de apontamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, criticou decisões do Executivo Municipal, a perda de vínculos entre alunos e profissionais terceirizados, bem como a falta de assistência a jovens atípicos que completam vinte e um anos. Na ocasião, a senhora Isabel Cristina Perceval Iracet Ferreira historiou o caso de diagnóstico e tratamento do filho, atividades do CPIA, afastamento de amigos e familiares e comentou a formação dos profissionais da rede municipal e suas importâncias; as funções dos monitores; a referência do Município na assistência da rede; a importância dos vínculos e da dedicação dos profissionais de inclusão; casos de dificuldades enfrentadas por mães atípicas; abandono destas famílias, por parte dos pais; e perspectivas de atendimento a adultos com necessidades especiais. O senhor Cláudio Franzen sugeriu aos vereadores presentes a criação de simpósio com pais atípicos. A senhora Andreia Paz Rodrigues teceu considerações acerca de pais ausentes de filhos atípicos, mães que recorrem à DPE/RS, atendimentos realizados pelo NUDECA, Procedimento para Apuração de Dano Coletivo – PADAC, acordos com a SMED para garantia de matrículas, ação civil pública iniciada no ano anterior, capacitação de profissionais da ABESS e da rede municipal de educação, mutirões para atendimento em regiões mais vulneráveis, crianças aguardando diagnósticos de saúde mental, providências extrajudiciais da DPE/RS para encaminhamento de alunos a escolas municipais e estaduais e motivos para recusa de matrícula por parte de pais de alunos atípicos. A senhora Isis Caldeira detalhou recursos humanos disponíveis na ABESS, explicou o planejamento baseado em vínculos, da Associação, equipes desta nas diferentes regiões do Município e processos de contratação de profissionais para cargos vagos. Ainda, tratou de proporção de profissionais especializados por alunos de inclusão, parceria com profissionais que já atuam em escolas e judicialização de monitores exclusivos para alunos com necessidades especiais. Após, a senhora Izabel Brum Abianna lembrou reuniões sobre parceria de profissionais com Serviços de Orientação Educacional – SOE. A senhora Isabel Cristina Perceval Iracet Ferreira questionou a possibilidade de atendimento a outros alunos, por monitores que cumprem decisões judiciais de exclusividade a alunos atípicos, e lamentou a inobservância de protocolo para diagnóstico precoce por profissionais da saúde. A senhora Andreia Paz Rodrigues explicou o processo de judicialização de monitores para atendimento individual exclusivo a alunos de inclusão. O vereador Conselheiro Marcelo comentou a importância do acesso de alunos atípicos aos primeiros atendimentos na educação e das parcerias entre profissionais de inclusão. A senhora Cintia dos Santos Costa explicou

a importância das redes de apoio, onde, por meio de conversas e relatos das escolas, são dados encaminhamentos para atendimento das crianças, reforçou a necessidade de apoio de saúde dentro das escolas e detalhou funcionamento, desafios, abrangência e prioridades dos Programas Saúde na Escola e Porto Olhar Alegre. Ainda, lembrou leis que garantem inclusão de crianças atípicas no Programa Nacional de Alimentação Escolar. A senhora Rosele Cozza Bruno de Souza elogiou os profissionais da rede municipal de ensino, discorreu acerca de falta de acessibilidade em escolas, medidas judiciais para atendimento de alunos de inclusão, problemas decorrentes da insuficiência de agentes e monitores na educação, problemas relatados com profissionais da ABESS, acesso aos dados informados a esta, restrição de acesso às SIR e manifestação da vereadora Tanise Sabino sobre acesso àqueles dados. Ainda, questionou razões para não contratação de profissionais diretamente pelo Executivo Municipal e relatou casos de violência em escolas. Na oportunidade, a senhora Isis Caldeira rebateu manifestações da senhora Rosele Cozza Bruno de Souza sobre o acesso a informações do portal da ABESS por agentes, esclarecendo o sigilo dos dados da plataforma daquela Associação e o processo de capacitação de seus profissionais. Sobre a hierarquia entre direções de escolas e profissionais terceirizados, informou que o ideal seria a realização de parcerias, que questões podem ser alinhadas com direções, que aqueles profissionais são regulamentados por conselho e que a ABESS está dentro da ética. A senhora Lucia Helena Borges de Almeida enfatizou benefícios decorrentes de reuniões e de vínculos com mães de alunos atípicos e sustentou a importância de direções escolares inclusivas, de espaço para conversa sobre alunos, de reuniões pedagógicas e de acolhimento das famílias dos estudantes. Também defendeu a qualificação e a não fixação do número de profissionais de inclusão em escolas e relatou casos bem sucedidos do Programa de Trabalho Educativo – PTE. A senhora Rosele Cozza Bruno de Souza lembrou explicação da SMED sobre a hierarquia de profissionais da ABESS nas escolas, relatou casos de insubordinação e advertiu que as direções respondem pelo que ocorre nas respectivas instituições. O vereador Prof. Alex Fraga sugeriu, como encaminhamento, solicitar o preenchimento das vagas de PTE neste Legislativo. O vereador Jonas Reis aludiu a avanços na educação, à evolução da inclusão nas escolas, a investimentos na educação municipal, a acordo do Executivo com o Ministério Público de Contas, a recursos para pagamento de inativos e a diagnóstico precoce de doenças e transtornos. A senhora Andreia Paz Rodrigues lembrou o Centro de Referência do Espectro Autista – CERTA – e a necessidade de ampliação do seu serviço. A seguir, a senhora Cintia dos Santos Costa abordou capacitações de profissionais da saúde, compra de kit para uso pelos pediatras, para diagnóstico precoce, e capacitação de para monitoramento de doenças e transtornos. Ainda, atentou para a importância e os benefícios do aleitamento materno. A senhora Izabel Brum Abianna discutiu déficit de vagas na educação, novo edital com organizações da sociedade civil, para atendimento de crianças de zero a três anos de idade, e o Programa Primeira Infância Melhor – PIM. Manifestaram-se também os senhores Anderson Gonçalves, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, e Geórgia Volkmer, da SMS. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Conselheiro Marcelo.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigo Bernardi, Vereador(a), voto SIM**, em 23/04/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0721561** e o código CRC **4E26F07B**.